



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

## ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL nº 0036887-20.2011.815.2001**

**ORIGEM** : 9ª Vara Cível da Comarca da Capital

**RELATOR** : Miguel de Britto Lyra Filho, Juiz convocado em substituição ao Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

**APELANTE** : Carmélia Alves Cordeiro

**ADVOGADO** : Silvano Fonseca Clementino OAB/PB 14.384

**APELADO** : Banco Volkswagen S/A

**ADVOGADA** : Manuela Motta Moura da Fonte OAB/PE 20.397 e Ingrid Gadelha OAB/PB 15.488

**PROCESSUAL CIVIL** – Apelação Cível – Ação de revisão contratual c/c indenização por danos morais – Arrendamento mercantil – Leasing – Improcedência – Irresignação do autor – Análise dos juros – Impossibilidade de revisão em contrato de arrendamento mercantil – Entendimento o STJ e desta Corte de Justiça – Manutenção da sentença Entendimento consolidado – Desprovisamento.

— No contrato de arrendamento mercantil, não há estipulação de juros remuneratórios, próprio dos contratos de financiamento, mas sim a estipulação de remuneração devida pelo arrendatário, em decorrência da locação do bem, além de eventual antecipação do valor residual garantido (VGR).

— A modalidade contratual de arrendamento mercantil (leasing) não guarda conexão com percentual de juros remuneratórios e capitalização dos mesmos, uma vez que o fornecimento do bem para uso se dá com fixação de um preço global, não havendo que se falar em incidência de juros remuneratórios e, con-

sequentemente, em capitalização mensal de juros, de modo que não se vislumbra a possibilidade de proceder à revisão da taxa de juros, tampouco da sua capitalização, em sede de contrato de arrendamento mercantil.

**V I S T O S**, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados de apelação cível,

**A C O R D A M**, em Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator e da súmula de julgamento.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de ação de revisão contratual c/c repetição do indébito, proposta por **CARMÉLIA ALVES CORDEIRO**, em face do **BANCO VOLKSWAGEN S/A**, cuja sentença (fls. 202/206) julgou improcedentes os pedidos deduzidos na exordial, deixando de condenar a autora nos ônus da sucumbência, em face da gratuidade judiciária.

Irresignado, o autor interpôs apelação cível (fls. 208/219), aduzindo que, em verdade, o contrato deve ser visto como empréstimo, e não arrendamento mercantil, tendo em vista as características da operação financeira. Argui que no contrato não há informação clara acerca dos produtos e serviços cobrados, defendendo que a capitalização dos juros não está expressamente pactuada, não podendo ser cobrada pela instituição financeira e não se podendo ser utilizada a tabela *price*. Com isso, requer a reforma da sentença, para julgar procedentes os seus pedidos delineados na petição inicial.

Contrarrazões, às fls. 233/241, alegando que a autora teve prévio e pleno conhecimento das condições contratuais, devendo ser observado o princípio *Pacta sunt servanda*. Defende que os contratos de arrendamento mercantil – *Leasing* – não podem ser confundidos com o de financiamento, visto que neste o agente financeiro cede dinheiro a outrem, auferindo juros. Por seu turno, naqueles há o “aluguel” de determinado bem ou equipamento, não havendo aplicação de juros remuneratórios, já que não há empréstimo de capital a ser remunerado. Por fim, afirma que não se pode discutir a redução de juros e nem legalidade de eventual capitalização, porque nunca aplicados, justamente por isso não previstos contratualmente.

A douta Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 248/251, absteve-se de opinar quanto ao mérito recursal, vez que não vislumbrada situação ensejadora de intervenção necessária.

### **É o relatório. Decido.**

Presentes os pressupostos recursais intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse recursal e inexistência de fato extintivo ao direito de recorrer) e extrínsecos (regularidade formal, tempestividade, inexistência de fato impeditivo ao direito de recorrer ou do seguimento do recurso), conheço do recurso de apelação interposto.

Aprioristicamente, cabe ressaltar que, diversamente do que pretende fazer crer a parte autora, o contrato de *leasing* não se confunde com os típicos contratos de financiamento, preservando as suas particularidades, dentre elas aquela que se refere ao fato de não contemplar os juros remuneratórios.

Isso se deve ao simples motivo de que o arrendamento mercantil não se trata propriamente de financiamento, com empréstimo de capital ao arrendatário, a exigir pronta estipulação de taxa de juros remuneratórios na composição do mútuo.

Cuida-se de uma operação que tem na locação, a médio prazo, a sua essência, com eventualidade de transformar-se, ao final, em compra e venda, na qual as importâncias pagas a título de aluguel passam a constituir parte do pagamento do preço estimado, ou em novo arrendamento. Caso não opte o arrendatário por nenhuma dessas hipóteses, pode devolver o bem à arrendadora, com o encerramento do contrato.

Sobre a matéria, leciona **ROBERTO RUOZI**<sup>1</sup>:

*O leasing é uma operação de financiamento a médio ou longo prazo, calcada em contrato de locação de bens móveis ou imóveis. Integra essa operação um intermediário financeiro, que intervém entre o produtor do bem objeto do contrato e a empresa que dele necessita, adquirindo do primeiro o referido bem e cedendo-o em locação à segunda, a qual se obriga irrevocavelmente, a pagar ao intermediário financeiro um determinado número de prestações periódicas, por conta de uma importância global, superior ao custo dos*

---

<sup>1</sup>Apud Carlos Alberto Etcheverry, "Perecimento do Bem no Contrato de Leasing", Revista da AJURIS, nº 48

*bens, cuja propriedade, ao término do contrato, pode ser transferida a título oneroso, do intermediário financeiro à empresa locatária, por iniciativa desta última .*

Dessa forma, considerando que o contrato de arrendamento mercantil encerra também o de financiamento para aquisição do bem arrendado, resta claro que, os juros remuneratórios foram computados pela arrendadora, quando do cálculo da contraprestação.

Desse modo, o leasing é uma operação complexa, com características legais próprias, em que a composição das parcelas ajustadas não verifica a inserção de cobrança de juros remuneratórios, diferentemente do que ocorre nos financiamentos em geral.

Assim, diante de tal complexidade, o questionamento acerca de percentual de juros remuneratórios e capitalização dos mesmos não guarda conexão com a modalidade contratual ora discutida, uma vez que o fornecimento do bem para uso se dá com fixação de um preço global, não havendo que se falar em incidência de juros remuneratórios e, conseqüentemente, em capitalização mensal de juros.

A respeito do tema, impende registrar o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça por meio do voto do Ministro Ari Pargendler, Relator no Resp 782.415/RS:

*"Diversamente do que ocorre nos financiamentos em geral, no arrendamento mercantil, o custo do dinheiro não é identificado por institutos jurídicos, v.g., juros remuneratórios ou capitalização de juros. No empréstimo de dinheiro, pode-se discutir a taxa de juros (se limitada ou não) e a sua capitalização (se permitida, ou não). No arrendamento mercantil, o custo do dinheiro, aí não incluída a correção monetária, está embutido nas contraprestações, sendo impossível, por exemplo, discutir juros e capitalização de juros estranho ao contrato, que só prevê o montante das prestações, o respectivo número, o valor residual garantido, a correção monetária e, no caso de inadimplemento, comissão de permanência, multa e juros moratórios. De fato, como distinguir o que, no custo do dinheiro, representa juros e o que corresponde à sua capitalização? À vista disso, não há juros nem sua respectiva capitalização". (STJ , Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 14/12/2005, S2 - SEGUNDA SEÇÃO).*

Neste sentido, jurisprudência desta Corte de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL ; REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E CONSIGNAÇÃO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL VEÍCULO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA APLICAÇÃO DO CDC JUROS REMUNERATÓRIOS E CAPITALIZAÇÃO ; AUSÊNCIA DE PREVISÃO PARTICULARIDADE DO LEASING RESOLUÇÃO Nº 2.309/96 DO BANCO CENTRAL ; ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ESTIPULADAS ART. 7º DA NORMA VALOR DAS PRESTAÇÕES OU FÓRMULA DE CÁLCULOS DAS CONTRAPRESTAÇÕES, COM CRITÉRIO DE REAJUSTE OBSERVÂNCIA NO CONTRATO IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE ABUSIVIDADE NAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS TABELA PRICE ; LEGALIDADE INSUFICIÊNCIA DE MOTIVOS PARA REVISÃO DO CONTRATO ; PARTE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA CONDENAÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POSSIBILIDADE INTELIGÊNCIA DO ART. 12 DA LEI 1.060/50 RECURSO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTES TRIBUNAL E DE TRIBUNAL SUPERIOR ; APLICAÇÃO DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC ; SEGUIMENTO NEGADO AO APELO. É possível a revisão das taxas de juros remuneratórios nas relações de consumo, uma vez demonstrada a abusividade e seja capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, mediante infração ao disposto no art. 51, § 1º, do CDC, ante as particularidades do caso em concreto. Não se vislumbra a possibilidade de proceder à revisão da taxa de juros, tampouco da sua capitalização, em sede de contrato de arrendamento mercantil (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00339113420118152003, - Não possui -, Relator DESA MARIA DE FATIMA MORAES B CAVALCANTI, j. em 13-04-2015). (grifei).

E,

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA. CONTRATO DE LEASING. INEXISTÊNCIA DE COBRANÇA DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL E ENCARGOS MORATÓRIOS. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. O contrato de leasing constitui modalidade diversa do contrato de mútuo de dinheiro, onde não há a contratação de juros remuneratórios, mas sim de locação com a opção de compra do bem ao final do

**contrato. Não havendo pactuação de juros remuneratórios, é inviável qualquer discussão acerca da taxa destes e da existência, ou não, de capitalização ilegal no contrato celebrado com a instituição financeira.** Não há falar em indenização por danos morais no caso dos autos, pois que ausentes os requisitos legais. Apelo a que se nega seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC, por ser manifestamente improcedente. Isto posto, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo por ser manifestamente improcedente. (TJPB; APL 0004387-62.2011.815.0751; Rel. Des. José Aurélio da Cruz; DJPB 03/10/2014; Pág. 11). (grifei).

Ainda,

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. IMPOSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS. AUSENTE INCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.** - O contrato não estipulou taxa de juros na composição do preço do arrendamento mercantil, que se traduz no valor da contraprestação e do valor residual garantido, mostrando-se descabida a pretensão de limitar os juros, notadamente, sem a comprovação cabal da discrepância entre a quantia utilizada pela arrendadora para adquirir o bem e o montante a ser pago pelo arrendatário. - **Descabida a pretensão do arrendatário de vedar a incidência da capitalização, uma vez que não havendo a incidência de juros remuneratórios, logicamente não há capitalização desses.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00131158120118150011, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES LEANDRO DOS SANTOS ,j. Em 10-03-2015). (grifei).

Outra:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL.. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING.. CAPITALIZAÇÃO E LIMITAÇÃO DE JUROS. INSTITUTO JURÍDICO ESTRANHO AO PACTO. MODALIDADE DE CONTRATO DE LOCAÇÃO. PRECEDENTES. INADEQUAÇÃO CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. PROIBIÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO PARCIAL DA SÚPLICA.** o contrato de arrendamento mercantil apresenta natureza jurídica diversa do financiamento e do mútuo, não sendo o valor empregado na aquisição do bem arrendado

*remunerado mediante o pagamento de juros, obstando o reconhecimento da prática de anatocismo. O contrato de arrendamento mercantil não é passível de revisão quanto aos juros remuneratórios Visto, que o mesmo modalidade de contrato de locação, não possuindo qualquer estipulação específica de juros remuneratórios de forma a demonstrar sua abusividade. (TJGO; AC 180933"37.2010.8.09.0051; Goiânia; Ret Des. carlos Escher; DJGO 28/03/WÍ2; Pág. 192). - Admite-se a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros moratórios ou remuneratórios, e multa contratual. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00332206020108152001, 1ª Câmara cível, Relator Des. José Ricardo Porto, j. em 25-02-2014). (grifei).*

Por tais razões, diante da impossibilidade de se averiguar, no preço total contratado, o valor referente a cada custo específico, bem como o lucro da arrendadora, não há como se proceder à revisão da taxa de juros, tampouco da sua capitalização, em sede de contrato de arrendamento mercantil.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** à apelação cível interposta, mantendo, "in totum" a sentença a quo".

#### **É como voto.**

Presidiu a Sessão o Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. Participaram do julgamento o Exmo. Dr. Ricardo Vital de Almeida, juiz convocado, com jurisdição plena, em substituição a Exma. Desa. Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira, o Exmo. Dr. Miguel de Britto Lira Filho, juiz convocado, com jurisdição plena, em substituição ao Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, e o Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Presente ao julgamento, a Exma. Dra. Lúcia de Fátima Maia de Farias, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2017.

**Miguel de Britto Lyra Filho**  
**Juiz convocado**